



Graduação  Pós-Graduação  
 Artigo completo  Relato de prática  Resumo expandido

**A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA (ESS) COMO ESTRUTURA DE GOVERNANÇA HÍBRIDA: otimização dos Custos de Transação (TCT) e Mensuração (TCM) na Cadeia de Valor do Mel do Pantanal**

**Diego Fialho da Silva**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)  
diego.fialho@ufms.br

**Gisele A. R. Sanches**  
UNESP - Marília  
gisele.sanches@ufms.br

**Geraldino Carneiro Araújo**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)  
geraldino.araujo@ufms.br

### RESUMO

A Economia Social e Solidária (ESS) pretende atender pessoas e comunidades equilibrando interesses individuais e coletivos. Tem como proposta transformar o sistema social e econômico ancorada nos direitos humanos, democracia, diversidade, sustentabilidade, igualdade, equidade e justiça social. Mesmo com valores consistentes há desafios na sua cadeia produtiva, como o dilema duplo caracterizado por alta especificidade de ativos (saberes tradicionais e ativos dedicados) e mensuração imperfeita dos atributos de qualidade (origem e pureza), o que nos instiga a pesquisar. Com este pano de fundo, objetivamos analisar de que forma a ESS se apresenta como uma alternativa de governança híbrida/plural na cadeia de valor do Mel do Pantanal. Metodologicamente, este é um ensaio teórico dedutivo, utilizamos a Teoria de Cursos de Transação (TCT) e da Teoria de Custos de Mensuração (TCM) como sustentação para análise. Os resultados demonstram que a ESS se apresenta como uma solução institucional teoricamente eficiente para níveis intermediários de especificidade e alta incerteza de qualidade do Mel do Pantanal. Atuando por meio de salvaguardas relacionadas ao capital social e ostracismo, para mitigar o *hold-up* (TCT) e pelo monitoramento mútuo, além da internalização da fiscalização para proteger o valor da Identidade Geográfica do Mel do Pantanal (TCM).

**Palavras-chave:** Custos de Transação; Custos de Mensuração; Economia Social e Solidária; Indicação Geográfica; Governança Híbrida.

## 1 INTRODUÇÃO

Ao buscar informações a respeito de estratégias econômicas que se diferencie dos modelos tradicionais de cadeia produtiva, nos quais o lucro e na competição são pontos centrais, encontramos no sítio do Ministério do Trabalho e do Emprego brasileiro, mais especificamente na Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes) a descrição de Economia Social Solidária (ESS). Este modelo econômico se apresenta como viável em nosso país até mesmo se mostra como possibilidade de referência na formulação de políticas públicas, uma vez que tem o potencial para amenizar o cenário de desemprego, de informalidade e da precariedade laboral. Tem como proposta as relações econômicas pautadas na Autogestão, Cooperação, Dimensão Ética e Social e Comércio Justo.

No Brasil as primeiras iniciativas datam do final da década de 1980 e início de 1990 com a organização de trabalhadores em cooperativas e no ano de 2003 é a primeira vez que figura entre uma política pública. De acordo com dados do Cadastro Nacional de Economia Solidária (CADSOL) de 2016 são mais de 20 mil empreendimentos cadastrados com 1,4 milhões de trabalhadores. Infelizmente não encontramos dados mais atuais, no entanto trouxemos a informação como forma de mostrar que há esforços sendo empreendidos para o mapeamento dos dados, principalmente com a reativação da Senaes que por muitos anos ficou inativa devido a decisões dos modelos de governo ora vigente. O objetivo do registro de informações é mapear as atividades, bem como dar acesso às políticas públicas, informações sobre crédito, oferta de cursos de qualificação e editais.

Trazendo essa realidade para nosso tema, se faz necessário apresentar o cenário que nos propomos a investigar. O Brasil possui em extensão territorial aproximadamente 8.514.876 km. Tem por característica um clima equatorial, tropical e temperado. Em sua composição de relevo encontramos planaltos, planícies e depressões. Apresenta biomas como Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal, Caatinga e Pampa, o que demonstra que todas as regiões brasileiras possuem as características favoráveis para a produção de alimentos em geral. O que torna um ambiente profícuo para o estudo da produção de mel e em particular a produção de Mel no Pantanal (IBGE, 2017).

Ancorados nessa premissa e tendo a biodiversidade de plantas e animais como nossa aliada, temos no Pantanal Sul-mato-grossense é uma planície com um regime sazonal de chuvas que alternam entre épocas de alagamento e outras de seca. Abrange uma área de aproximadamente de 150.355 km<sup>2</sup>, ocupando assim 1,76% da área total do território brasileiro

influenciado por rios que drenam a bacia do Alto Paraguai (IBGE, 2017).

O Pantanal é um bioma rico em biodiversidade de espécies florestais endêmicas únicas da região, garantindo a circunstância perfeita no oferecendo uma variedade de néctar e pólen e esta condição específica, quando pensamos na produção e comercialização do mel, o resultado é a obtenção de um produto de sabor e aroma único, no entanto, enfrenta limites relacionados à mensuração da qualidade quando se analisa seu sabor e seu aroma (Barzel, 1982).

Esses limites enfrentados na identificação coloca um desafio para a obtenção de certificações que atestam a boa procedência do produto. Um exemplo é a Identificação Geográfica (IG) Mel do Pantanal que auxilia e protege a produção de produtos oriundos de comunidades tradicionais, além de serem importantes para a governança da cadeia de valor quando pensamos nos arranjos produtivos visando diminuir os custos de transação apresentados em contratos muito específicos e que não conseguem refletir as necessidades reais (Williamson, 1985; Brasil, 2010).

A prática da apicultura como uma produção alinhada com a sustentabilidade ambiental, apresenta ser uma saída estratégica tendo em vista aliar a conservação ambiental do Pantanal e a produção sustentável de atividades humanas. Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, podemos afirmar que mel produzido no Brasil têm reconhecimento internacional por sua qualidade e variedade de sabores produzidos pela atividade de meliponicultura com abelhas sem ferrão nativas e por abelhas africanizadas (*Apis mellífera*) (Embrapa, 2017).

A fim de garantir a qualidade do produto a Identificação Geográfica (IG) é uma importante certificação que possibilita ao mercado consumidor reconhecer a origem do produto e sua qualidade de produção por exigir boas práticas de fabricação e uma atenção em todas as fases da produção conferindo assim um selo de qualidade do produto, bem como cultura dos povos tradicionais, aliadas com a Economia Social e Solidária (ESS) (Singer, 2002) se aliam com um instrumento de transformação social por gerar renda para estas pessoas promovendo a sustentabilidade ambiental, além disso, esta certificação também pode auxiliar na redução dos custos de transação. (Williamson, 1985; Mariosa *et al.*, 2022).

A produção a partir da Economia Social e Solidária (ESS) no regime de associativismo ou cooperativismo (Ménard, 2018) surge como modelo estratégico para os produtores de mel, permitindo o fortalecimento dessa cadeia produtiva, propiciando acesso a condições melhores para negociação do mel e o aprimoramento do manejo a partir de boas práticas de produção, envolvendo todas as etapas da produção desde o manejo das colmeias, até o processo de envasamento do mel, o que garante qualidade e a rastreabilidade do Mel do Pantanal (Ostrom,

1990).

A organização em cooperativas e associações pode melhorar a produtividade e a competitividade, aumentando a eficiência técnica e econômica e possibilitando maior poder de negociação no mercado (Williamson, 1985), já que dessa forma podem ter uma escala maior de produção e por consequência um maior poder de negociação (Araújo *et al.*, 2023; Santiago *et al.*, 2024). Neste sentido, quando pensamos a junção de certificações com arranjos produtivos relacionados ao Mel do Pantanal lançamos mão da proposta conceitual da Nova Economia Institucional (NEI), na qual busca explicar a melhor escolha de estruturas de governança sejam elas o mercado, híbrido ou hierarquia e com base na minimização dos custos de transação da cadeia produção do Mel certificado do Pantanal (Coase, 1937; Williamson, 1985; North, 1990).

No Brasil, a Economia Solidária (ES) emerge como um arranjo socioeconômico de relevância (Singer, 2002), mas sua eficiência econômica deve ser analisada sob o rigor da Nova Economia Institucional (NEI) (North, 1990), pois a cadeia de valor do mel no Pantanal apresenta um dilema central de governança: a produção envolve alta especificidade de ativos (Williamson, 1985), apresenta sabores e aromas únicos relacionados ao bioma pantaneiro em conjunto com os saberes e fazeres tradicionais de populações tradicionais, como podemos citar os ribeirinhos no pantanal. Outro ponto importante é a busca pela Indicação Geográfica (IG), cujo valor reside em atributos difíceis de medir como a origem e a pureza do produto, pode se levar a riscos de oportunismo (*hold-up*) e de dissipação de valor (custos de mensuração) em mercados *spot* tradicionais.

Diante dessa contextualização, apresenta-se a tema central desta pesquisa que é de que forma a Economia Social e Solidária (ESS), atuando como uma forma de estrutura de governança híbrida nas associações ou cooperativas, pode ser considerada uma solução institucional eficiente para relacionar a Teoria de Custos de Transação com a Teoria de Custos de Mensuração, da cadeia do mel do Pantanal. O problema central da pesquisa reside no dilema duplo enfrentado por esta cadeia, caracterizada por alta especificidade de ativos (saberes tradicionais, ativos dedicados) e mensuração imperfeita dos atributos de qualidade (origem e pureza) para minimizar os custos decorrentes da especificidade dos ativos e de sua mensuração relacionada à garantia de qualidade de sabores, aromas, dando garantia de qualidade e origem do mel do Pantanal com selo de Indicação Geográfica (IG)?

O estudo tem como objetivo principal analisar como a estrutura de governança híbrida da cadeia de valor do mel certificado com IG Pantanal pode diminuir seus custos de transação (TCT) e mensuração (TCM) no sentido de dar maior eficiência e coordenação da cadeia em



questão. Metodologicamente este trabalho configura-se como um ensaio teórico de natureza dedutiva. A metodologia consiste na utilização de um arcabouço conceitual estabelecido pela Nova Economia Institucional para analisar um arranjo organizacional específico (Economia Solidária) em um contexto setorial delimitado (cadeia de valor do Mel do Pantanal com IG).

O arcabouço integrativo utilizado combina a Escolha Estrutural Discreta da TCE (Williamson), a qual postula a congruência entre atributos da transação (Especificidade) e a estrutura de governança (Híbrida), com a Teoria dos Custos de Mensuração (Barzel) para resolver o problema da qualidade (IG). A análise busca justificar a ESS como a solução teoricamente eficiente para gerenciar os riscos de retenção (Especificidade) e dissipação de valor (Mensuração) simultaneamente, porque a Economia Social e Solidária (ESS), (Singer, 2002) oferece mecanismos de salvaguarda (regras internas, confiança mútua) que o mercado não oferece, sem incorrer nos altos custos administrativos da Hierarquia, minimiza os Custos de Transação para níveis intermediários de especificidade e incerteza, além disso tudo as cooperativas possuem um sistema diferenciado de gestão que querendo ou não impactam todos os cooperados ou associados, pois, lucros e prejuízos são divididos de forma igualitária entre os membros.

Para que o objetivo desta pesquisa seja atingido o ensaio foi estruturado da seguinte maneira, a introdução, a fundamentação teórica que está baseada em teorias sobre a TCT e o problema da especificidade de ativos, a TCM e o problema com relação a medição da qualidade do produto (mel do pantanal), a Economia Social e Solidária (ESS) como uma solução de minimização de custos e maximização de lucros, a metodologia da pesquisa, os resultados e contribuições, as considerações finais e por fim as referências bibliográficas.

## **2 TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO (TCT) E TEORIA DOS CUSTOS DE MENSURAÇÃO (TCM): CONCEITOS NORTEADORES**

Nesta seção apresentaremos os conceitos nos quais este estudo está ancorado. Utilizamos como orientação duas teorias sobre os custos da produção que demonstram a importância da mediação de qualidade e os custos adicionais envolvidos nas transações.

### **2.1 TEORIA DOS CUSTOS DE TRANSAÇÃO (TCT)**

A Nova Economia Institucional é uma abordagem analítica que investiga as instituições



como foco principal, reconhecendo a eficácia dos arranjos de governança como pontos primordiais para o desempenho econômico das firmas.

Esta teoria tem como um de seus principais autores Ronald Coase, que criticou a economia dita neoclássica da função de produção, desenvolveu uma teoria a respeito da existência de custos de transação diferentes dos custos de produção. Neste sentido, (Coase, 1937) argumentou que no mundo real, a coordenação de atividades econômicas no mercado apresenta custos de transação, que servem de base de decisão para internalizar atividades das firmas, ou seja, elas surgem para ser uma resposta eficiente de economizar os custos.

A partir do escopo conceitual de Coase (1937), a Nova Economia Institucional se desenvolveu para a Teoria de Custos de Transação, tendo como uns dos principais nomes dessa teoria em Oliver Williamson. Este autor voltou sua atenção em micro instituições, ao estudar a eficácia comparativa das estruturas de governança para minimizar custos de transação afirmando que o ambiente institucional é exógeno (Williamson, 1985; North, 1990).

Na Teoria de Custos de Transação concebida por Williamson (1985), a se propõe explicar a escolha da estrutura de governança de uma determinada firma, de modo a alinhar uma estrutura que minimize a soma dos custos de transação e dos custos de produção. O modelo é baseado em dois pressupostos comportamentais essenciais: a racionalidade limitada - que é a incapacidade dos agentes de elaborar contratos completos que antecipem todas as demandas futuras daquela atividade pactuada, e o oportunismo que é a busca do interesse próprio com astúcia, especialmente *ex post*.

Williamson (1985) define a transação como uma unidade básica de análise, dimensionada por três atributos principais que são a especificidade dos ativos (K) que se referem ao grau de investimento seja ele físico, humano, locacional entre outros, e que perdem valor na transação ao serem transferidos para usos alternativos dos ativos específicos que geram quase-rendas e ficam vulneráveis a apropriação do comportamento oportunista (*hold-up*) em sua fase *ex post*.

Ainda de acordo com Williamson, (1985) outros atributos medidos são a incerteza e a frequência. A incerteza diz respeito aos choques externos e imprevisíveis que aumentam os riscos contratuais e a necessidade de adaptação, como por exemplo as mudanças climáticas, a taxação de produtos commodities. Já a frequência está relacionada às repetições de transações, que podem facilitar a construção de mecanismos informais relacionados à reputação dos envolvidos na transação.

Outro ponto postulado por Williamson (1985) são as hipóteses de alinhamento

discriminatório nas quais as transações com atributos específicos, como o caso do Mel do Pantanal devido a seu alto grau de especificidade em sua composição, devem estar alinhadas numa estrutura de governança que promova a eficiência das transações se posicionando em um contínuo mercado. Essas transações são chamadas de *spot* e têm a governança baseada em contratos simples e preços, sendo o modo favorito para transações de baixa especificidade por minimizar os custos burocráticos internos.

A Hierarquia que é a integração vertical, em que a estrutura das funções de troca é internalizada dentro de uma única empresa, sendo favorecidas sob alta especificidade de ativos e incerteza, pois a relação de autoridade (*fiat*) e a lei contratual interna da indulgência (Williamson, 1985) substituem a autonomia das partes para mitigar o risco de *hold-up*. No sistema híbrido, no qual os contratos de longo prazo e as redes são um modo intermediário de coordenação, caracterizado por acordos legalmente vinculativos e salvaguardas adicionais. As formas híbridas dependem de contratos mais complexos (*neoclássicos*) e buscam a adaptação coordenada ao preservar a autonomia das partes, mas adicionando mecanismos de resolução de disputas e penalidades específicas (Williamson, 1985).

A TCT é o quadro conceitual utilizado predominante para analisar a coordenação vertical em sistemas agroalimentares, explicando a lógica da agricultura por contrato. Quando analisamos a cadeia do Mel do Pantanal, a TCT é crucial para entender por que a produção não pode ocorrer via Mercado *Spot*: o investimento em capital humano específico, dos ribeirinhos com os seus saberes tradicionais e de manejo do bioma e das caixas de mel, é transformado em ativos dedicados exclusivos para a IG do mel pantaneiro, por gerar quase-rendas vulneráveis.

Quando pensamos no caso dos apicultores ou meliponicultores, consideramos que se fizessem um investimento alto sem salvaguardas, estariam expostos ao risco de oportunismo *ex post*, que seria o comprador renegociar o preço para baixo não valorizando todo o significado por trás do selo de procedência do produto. O que se aplica também a utilização IG sem a devida autorização por produtores que não estão fixados no Pantanal. E nessa perspectiva se justifica a escolha por um mecanismo de governança híbrido ou vertical que proteja esses investimentos contra a apropriação por terceiros que tenham o comportamento oportunista (Williamson, 1985).

## 2.2 TEORIA DOS CUSTOS DE MENSURAÇÃO TCM

Na década de 1980 um importante economista americano-israelense chamado Yoram



Barzel (1922-2022) desenvolveu a Teoria de Custos de Mensuração (TCM), mesmo relacionada com a Teoria de Custos de Transação, ela se desloca quando oferece uma perspectiva diferente da TCT. Seu foco está na dificuldade e no custo de medir os atributos de uma transação, para o autor a transação é uma troca de direitos de propriedade sobre um feixe de atributos das dimensões do bem.

Para o autor o problema da TCM está associado ao valor das dimensões de transação que podem ser dissipados pela perda na eficiência se os direitos de propriedade não estiverem bem definidos ou se for muito caro para medir esses direitos, nesta perspectiva os produtores de mel do pantanal em grande parte não possuem o direito de propriedades, possuem apenas o direito de usufruto, principalmente quando se trata de distritos rurais o que pode inviabilizar a prática apícola, assim Barzel (1982) afirma que a mensuração imperfeita abre espaço para a captura de valor por agentes auto orientados, o que o autor define como o custo de mensuração (CM).

Com relação aos atributos fáceis de medir o CM é baixo e pode ser facilmente contratado e garantido por meio de direitos legais, os atributos difíceis de medir apresentam alto CM e geram oportunidades para a captura de valor por quem não seja o proprietário, e tendem a ser mantidos internamente na organização ou exigem algum tipo de mecanismo de garantia de alto custo (Barzel, 1982).

A Teoria de custos de Mensuração (TCM) associasse com os arranjos institucionais de minimização de perda de valor da transação, por ser um atributo difícil de medir, ou seja, imperfeito, sendo uma teoria excepcional para analisar padrões de qualidade, certificação e bens de cadeias agroalimentares. A TCM associa os arranjos institucionais à minimização da perda de valor da transação devido à mensuração imperfeita, sendo, assim, uma teoria essencial para a análise de padrões de qualidade, certificação e bens agroalimentares (Barzel, 1982).

Embora a TCM não utilize explicitamente a tipologia de atributos, a sua lógica se alinha com a classificação de bens em relação à mensurabilidade, crucial para a governança, nos atributos de busca eles são de fácil verificação como a cor do mel do pantanal o tamanho da caixa e o peso do favo e, portanto, possuem baixo custo de mensuração, para os atributos de experiência são verificáveis após o consumo, como sabor, textura, aroma, ou seja, possuem um custo de mensuração moderado e por fim os atributos de confiança (credencie) são características difíceis ou impossíveis de verificar mesmo após o consumo, como por exemplo, a origem as práticas sustentáveis a pureza do produto e por isso possuem um alto custo de mensuração (Barzel, 1982).



Nesta situação as cooperativas podem ser vistas como formas de integração vertical dos produtores agrícola e pecuário não sendo diferentes para as práticas apícolas, em direção a atividades de comercialização, industrialização e produção de insumos. ao adotar a Economia Social e Solidária (ESS), a cadeia do mel opta por uma estrutura que, embora resolva falhas de mercado através da integração vertical, impõe o desafio de gerenciar a complexidade e os custos de agência e mensuração (TCM) inerentes à propriedade difusa e à dupla função do cooperado nestas instituições (Zylbersztajn, 1994).

Nesse sentido, deter uma Certificação de Selo como o de Indicação Geográfica (IG) do Mel do Pantanal possui muito valor, uma vez ao se basear nos atributos de confiança, manifestada em sua procedência certificada e nas práticas de manejo local sustentável, bem como apresenta a Teoria de Custos de Mensuração (TCM) devido ao alto custo de mensuração, os valores agregados para esses atributos únicos são vulneráveis à dissipação. Na ausência do mecanismo de garantia da IG e suas normas, visto que alguns produtores de mel no pantanal produzem o mel com selo de certificação e o mel commodities sem o selo de indicação que vão diretos para os atacados, para este fim a IG atua como um investimento institucional para sinalizar a qualidade coletiva e reduzir a incerteza do consumidor final (Barzel, 1982).

O Mel do Pantanal é um produto local que depende diretamente da biodiversidade e das práticas de manejo adaptadas ao bioma e essa atividade representa um caminho para a agricultura sustentável e resiliente. Para ser verdadeiramente sustentável, a produção de mel deve ser Ambientalmente Correta (protegendo a flora nativa crucial para as abelhas), Socialmente Justa (garantindo o bem-estar dos produtores locais) e Economicamente Viável. (Sumane et al., 2018; Brundtland, 1988).

A Teoria de Custos de Mensuração está diretamente relacionada ao conhecimento informal, local, tradicional e baseado na prática, ou seja, os apicultores ou meliponicultores do Pantanal conhecem como ninguém o bioma, sabem sobre as floradas sazonais, o tempo e momento mais adequado da coleta e manejo das abelhas nativas. Esse saber considera o sistema local como um todo e se conecta com o social, o ambiental e o econômico, pilares da sustentabilidade (Sumane *et al*, 2018).

A TCM no Pantanal é crucial para a resiliência da produção de mel diante de perturbações como secas prolongadas ou inundações, esse saber local permite aos produtores responder e se adaptar rapidamente a mudanças no clima ou em condições locais específicas por estarem em organizados em associações ou cooperativas estes produtores partilham da autogestão então nessa perspectiva é importante a interação e troca de informações para



tomadas de decisões mais rápidas e acertadas. (Sumane *et al.*, 2018).

Sumane, *et. al.* (2018), argumenta que o modelo industrial falhou ao subestimar a sabedoria e o papel dos agricultores, levando à perda desse conhecimento tradicional. No contexto do Mel do Pantanal, o desafio é evitar que o conhecimento formal das instituições de pesquisa, regulamentações sanitárias e padrões de mercado desvalorizem os saberes e fazeres tradicionais que estão alinhados a Teoria de Custos de Mensuração (TCM). Nesse sentido a autora suoracitada afirma que complementaridade entre o informal e o formal é a chave para a sobrevivência da agricultura moderna e que leva a soluções mais resilientes e sustentáveis.

Desse modo, é importante ressaltar que em comunidades tradicionais o modelo de cocriação é o mais indicado, para ao invés de apenas transferir conhecimento científico para os produtores de mel, se faz criar redes multiatores com produtores, pesquisadores e consultores, nas quais os apicultores estão envolvidos na geração de conhecimento, alinhando conhecimento informal com o conhecimento formal da comunidade de ribeirinhos do Pantanal (Sumane *et. al.*, 2018).

### 3 A ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA COMO UMA SOLUÇÃO HÍBRIDA

Dentro do escopo conceitual a Economia Solidária entende que um arranjo híbrido de coordenação ao qual está alocado nas formas híbridas (Williamson, 1985) e nas formas plurais (Ménard, 2018) que são arranjos complexos entre o mercado e a hierarquia, que lidam com a interdependência e a complexidade de transações simultâneas.

De acordo com Menard (2018) o conceito de arranjo híbrido é oriundo primeiramente de Williamson (1985), ele argumenta que as formas plurais combinam diferentes lógicas de coordenação em uma única estrutura, gerenciando de forma simultânea os diferentes tipos de interdependência de ativos para a lógica de coordenação que são encontradas na lógica de mercado, administrativa e a lógica relacional ou social.

A lógica de mercado se refere a preços, contratos de venda externa e a competição que dentro da Economia Social e Solidária é utilizada na venda do mel para o mercado consumidor ou atacadista, a lógica administrativa são os estatutos, regulamentos internos, regras de fiscalização da IG e a ESS utiliza como uma gestão interna da cooperativa e na aplicação das regras de qualidade e origem IG. E por fim, a lógica relacional ou social é composta pelo capital social, a confiança e o ostracismo, sendo utilizada na ESS para o monitoramento mútuo da qualidade e na prevenção do oportunismo entre os membros cooperados. (Menard, 2018;

Singer, 2002)

Para Menard, 2018, as formas plurais são uma combinação de lógicas diferentes de coordenação administrativas e de mercado em uma única estrutura latente, por isso neste contexto considera-se a Economia Social e Solidária (ESS), organizada em cooperativas ou associações, um modo híbrido por utilizar contratos de longo prazo, ou seja, contratos formais, enquanto mantém certa autonomia dos seus membros com relação a organização das cooperativas e associações que envolvem uma lógica de autogestão da instituição de maneira democrática (Singer, 2002; Menard, 2018),

Esta estrutura intermediária é a ideal para níveis intermediários de especificidade e incerteza o que permite a adaptação coordenada na tomada de decisão de maneira eficiente (Singer, 2002; Menard, 2018). A seguir, no quadro 1 expõe o alinhamento seletivo proposto por Williamson (1985) para minimizar os Custos de transação, ou seja, onde as transações devem ser alocadas de forma que possa ser visualizado a estrutura de governança mais adequada, conforme o grau de especificidade dos ativos (K).

**Quadro 1. Alinhamento seletivo de Governança na Teoria dos Custos de Transação (TCT)**

Especificidade dos Ativos (K)	Estrutura de Governança Eficiente	Tipo de Contrato	Custos de Transação (CT)
Baixa ( $K \neq 0$ )	Mercado <i>Spot</i>	Clássico (Simples)	Baixos
Intermediária ( $0 < K < 1$ )	Híbrida / Plural (ESS)	Neoclássico (longo prazo / relações)	Moderados
Alta ( $K = 1$ )	Hierarquia (Integração Vertical)	Relacional (Burocracia interna)	Altos

**Fonte:** Adaptado de Williamson (1985)

Conforme ilustra a Figura 1, a teoria postula que as transações de alta especificidade como o conhecimento tradicional e os ativos dedicados à IG do Mel do Pantanal, não podem ser alocadas ao mercado *spot* sem incorrer em altos custos de oportunismo (*hold-up*). A Economia Social e Solidária (ESS), como forma híbrida ou plural, demonstra ser a estrutura mais eficiente ao longo da curva de minimização dos custos de transação para estes níveis intermediários de especificidade.

Neste mesmo pensamento, a eficácia da Economia Social e Solidária fica arranjada como um modelo híbrido de governança, que reside em sua natureza de mesoinstituição (Williamson, 1985) ao integrar elementos de governança formais com as questões de manejo, boas práticas de fabricação, inspeções sanitárias, leis, regras internas, estatutos, direitos de propriedade e a certificação de IG e as informais com o laço afetivo pela comunidade, costumes,

normas, capital social, acordos informais e os saberes e fazeres das comunidades do pantanal na prática da apicultura e meliponicultura (Sumane, 2018).

Pelo fato de a Economia Social e Solidária ser dual, ela permite que seja uma teoria adaptável e resiliente, fornecendo uma estrutura formal para a negociação e informal para a aplicação de regras e estatutos internos protegendo o arranjo de potenciais riscos, esse capital denominado de capital social, refere-se aos recursos e ativos localizados e nutridos em redes de relacionamentos sociais. Na perspectiva da NEI, ele desempenha um papel crucial como redutor de custos de transação e governança em formas híbridas (North, 1990).

A geração de confiança, com as redes de relações concretas geram a confiança interpessoal entre os agentes da cadeia produtiva do mel, mitigando o comportamento oportunista (Williamson, 1985), para estabelecer expectativas na confiança o que acarreta na contribuição da redução dos custos de governança, especialmente sob interdependência recíproca. No monitoramento o capital social facilita o monitoramento mútuo, Ostrom (1990) aponta que essas iniciativas reduzem a incerteza e o mais importante conseguem reduzir os custos de transação e de mensuração *ex post*, a perda da reputação na Economia Social e Solidária, o custo social/ostracismo, torna-se uma salvaguarda completa e de baixo custo para coibir comportamentos oportunista individuais.

Portanto, a Economia Social e Solidária é uma estrutura que consegue alavancar de maneira excepcional o capital social que são os mecanismos informais, constituindo um modo de governança, com o potencial de gerenciar a cooperação e a proteção de valor. Essa situação seria dispendiosa ou inviável apenas por mercados ou hierarquias em vários contextos de arranjos produtivos que não estão moldados por práticas de autogestão encontrados na cadeia produtiva do Mel no Pantanal sul-mato-grossense (Ostrom, 1990; Singer, 2002). Neste ponto de mesoinstituição a ESS consegue atuar como uma estrutura formal para garantir a proteção de valor para o sucesso de um modo de governança baseado na confiança mútua e no capital social, oferecendo as regras do jogo da estrutura da cooperativa, minimizando a incerteza e os custos de transação e mensuração (Williamson, 1985; Menard, 2018; Barzel, 1982; Singer, 2002).

### 3.1 CADEIA DO MEL COM O SELO DE CERTIFICAÇÃO (IG) MEL DO PANTANAL SOB A ÓTICA DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

A organização da cadeia de valor do mel, bem como o manejo das colmeias e a busca por recursos florestais até o consumidor final é um dos objetos de análise da Nova Economia

Institucional (NEI) (North, 1990). Nesta perspectiva, a cadeia é vista como uma sucessão de transações que buscam a eficiência para a mitigação de custos de transação (TCT) (Coase, 1937; Williamson, 1985) e de custos de mensuração (TCM) (Barzel, 1982). No caso desta pesquisa, assim consegue diminuir a incerteza sobre a qualidade do produto e o risco de oportunismo por parte de pessoas que podem adulterar a procedência do seu mel produzido se apropriando do selo de indicação geográfica, pegando carona no seu valor agregado.

Na cadeia do mel na etapa de extração, processamento e envasamento do produto exige alto grau de coordenação e padronização, sendo frequentemente organizada sob uma governança híbrida (Williamson, 1991; Ménard, 2018) que é a combinação de contrato como os mercados e a cooperação interna entre os apicultores produtores de com as cooperativas trabalhando sob a ótica de produção a partir da Economia social e Solidária (Singer, 2002; Ostrom, 1990) e suas especificidades de produção de mel na região do Pantanal.

A garantia de qualidade é um mecanismo institucional crucial para reduzir os custos de transação para o consumidor (Coase, 1937; Williamson, 1985) neste contexto, a atuação dos órgãos de fiscalização como SIF (Serviço de Inspeção Federal), estadual e municipal representa a intervenção da Autoridade (*Fiat*) do Estado na cadeia (North, 1990). Segundo a teoria, o valor do selo de inspeção não é inerente ao produto, mas deriva do decreto/ordem legal do Estado, que garante o cumprimento das normas sanitárias, reduzindo os Custos de Mensuração da qualidade para o consumidor (Barzel, 1982).

Essa autoridade estabelece a confiança no mercado, permitindo que o consumidor evite os custos de busca e averiguação individual da qualidade (North, 1990; Williamson, 1985). Além disso, a obtenção da Indicação Geográfica (IG) do Pantanal funciona como um ativo específico coletivo, sinalizando a qualidade e a origem do produto, o que agrega valor e protege a renda dos produtores contra a imitação (Williamson, 1985; Barzel, 1982), no quadro 2 observa-se detalhadamente a cadeia de mel na perspectiva da nova economia institucional, sendo possível o acréscimo de etapas ou supressão das mesmas após aplicação empírica da pesquisa. A seguir apresentamos um quadro conceitual da produção de Mel do Pantanal até o momento.

**Quadro 2. Cadeia de Mel sob a perspectiva da Nova Economia Institucional**

<b>Etapa da Cadeia do Mel</b>	<b>Etapa do Processo</b>	<b>Sistema de Governança</b>
Produção Primária a montante	Manejo de Colmeias e Busca por Recursos Florestais	Estrutura de Governança Híbrida/Cooperativa (ESS) para a organização dos apicultores e meliponicultores, com a redução de riscos de oportunismo além de troca de informações e experiências. entre eles que reduz a incerteza com relação a floração.
Pós-Colheita e Beneficiamento	Tratos Culturais, Extração e Processamento do Mel	Estrutura Híbrida, com o objetivo de padronização da produção minimização de custos de transação na transferência do produto bruto para a próxima etapa.
Garantia de Qualidade e Certificação	Averiguação da Qualidade, Inspeção e Envasamento	A autoridade estatal fazendo a inspeção fiscal com SIF (Federal), SIE (Estadual) e SIM (Municipal). O selo de certificação reduz a incerteza e aumenta a confiança do consumidor no produto.
Diferenciação e Valor Agregado	Indicação Geográfica (IG) do Pantanal	A IG funciona como um ativo específico coletivo, sinalizando origem e qualidade, garante valor agregado a partir da diferenciação do produto e protege contra oportunismo do uso da marca Pantanal. Também diminui o uso de contratos complexos, reduzindo custos de transação e mensuração (TCT-TCM)
Consumidor Final a jusante.	Comercialização do Produto Envasado e Certificado	O consumidor confiando no papel do Estado de fiscalizar os produtos com SIF, SIE e SIM e no selo de procedência e Qualidade IG, está disposto a pagar um preço maior sobre um produto diferenciado e com a IG com a estrutura de governança, reduz o custo de transação.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Portanto, a eficiência da cadeia do mel no Pantanal é determinada pela interação entre a gestão técnica da produção os tratos culturais do mel pantaneiro com o arcabouço institucional (North, 1990). Dessa forma, o sucesso na chegada do produto ao consumidor final com valor agregado devido a sua diferenciação no mercado, depende da capacidade da governança híbrida (Williamson, 1991; Ménard, 2018) capaz de coordenar os agentes e da eficácia das instituições de certificação em exercer a autoridade de aplicação de normas e procedimentos. Estes elementos combinados garantem que os riscos de incerteza e oportunismo (Williamson, 1985) sejam minimizados ao longo do fluxo, desde a obtenção sustentável dos recursos florestais até o ponto de venda, assegurando a competitividade do mel pantaneiro no mercado, sem a interferência de atravessadores que querem comprar o mel a baixo custo para revenda.

#### **4 RESULTADOS E CONTRIBUIÇÕES**

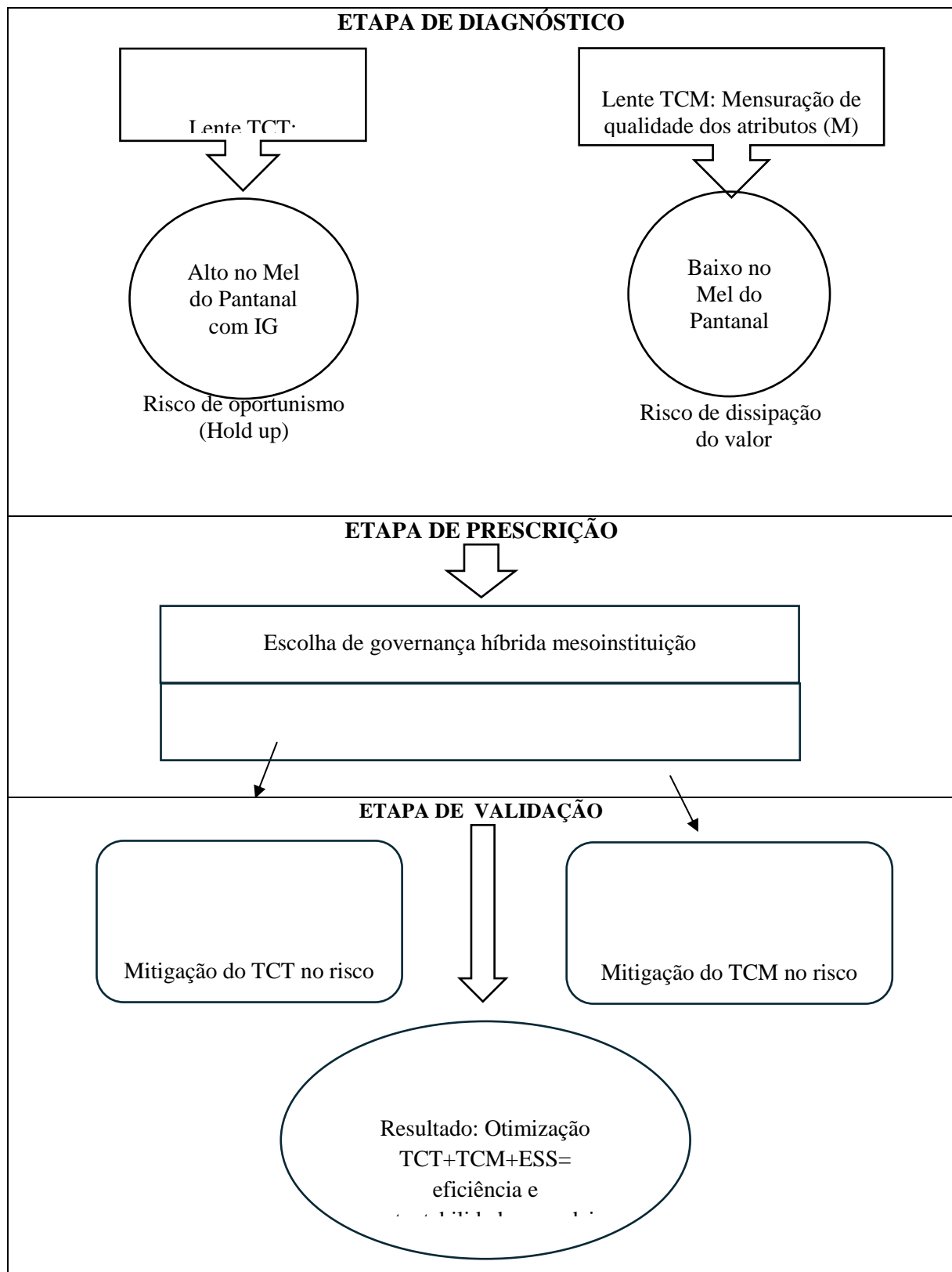
Longe de esgotar o tema que nos parece muito profícuo, nossa proposta demonstra a eficiência institucional da Economia Social e Solidária (ESS) frente ao complexo dilema de



governança da cadeia do Mel do Pantanal com Indicação Geográfica (IG). A principal contribuição teórica reside na formulação e justificativa do modelo conceitual de Teoria de Custos de Transação (TCT), Teoria de Custos de Mensuração (TCM) e a Economia Social e Solidária (ESS), que posiciona a ESS como a solução teoricamente mais eficiente para gerenciar transações caracterizadas por alta especificidade de Ativos (k) e alto Custo de Mensuração (CM) de atributos de qualidade (Ménard, 2018; Williamson, 1985; Barzel, 1982). O modelo confirma que a ESS, enquanto estrutura de governança híbrida/plural, resolve o dilema duplo ao minimizar o custo total de Governança alinhando de forma eficaz a eficiência econômica com a lógica da cooperação.

Durante a disciplina de Sistemas Agroindustriais complexos e em contato com a Nova economia institucional surgiu o insight de aplicar um modelo conceitual novo relacionada as teorias TCT e TCM com a ESS que já não segue a lógica de mercado e a ESS desempenha um papel regulador como uma mesoinstituição para cooperativas e associações de apicultores nas comunidades tradicionais pantaneiras, no caso desta pesquisa na comunidade ribeirinhos que viram como uma alternativa viável e mais sustentável de obterem renda com a preocupação de conservação do pantanal. Abaixo segue a figura 1 que apresenta o modelo conceitual proposto neste ensaio.

Figura 1. Modelo Conceitual proposto entre as Teorias, TCT, TCM e ESS



Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Barzel, (1982); Coase, (1937) Williamson, (1985); Menard, (2018); e Singer (2002).

No âmbito da Teoria dos Custos de Transação (TCT), a organização em ESS (seja



cooperativa ou associação) atua como uma estrutura de governança híbrida/plural que internaliza o risco de *hold-up* que é apropriação oportunista de quase-rendas geradas pela especificidade de ativos, como o Mel do pantanal. A garantia de longo prazo é fornecida por salvaguardas relacionais de baixo custo como o capital social dos cooperados ou associados e a sua punição social como ostracismo e reputação coletiva, que se mostram mais baratas e eficazes do que contratos complexos de mercado ou a burocracia custosa da hierarquia. Neste sentido a Economia Social e Solidária (ESS) entra como facilitadora da adaptação coordenada para lidar com a incerteza do bioma, sendo superior ao Mercado (*Spot*) e à Hierarquia na gestão de ativos específicos (Coase, 1937; Williamson, 1985; Menard, 2018; Singer, 2002).

Quanto à Teoria dos Custos de Mensuração (TCM), o valor da Indicação Geográfica (IG) reside em atributos de confiança (origem, pureza) que possuem alto Custo de Mensuração (CM). Em arranjos de mercado tradicionais, tal cenário levaria à dissipação de valor (Barzel, 1982), embora a IG atue como um sinal coletivo de qualidade resolvendo a assimetria informacional *ex ante*, é a ESS que garante a aplicação *ex post* do selo. Isso ocorre através do monitoramento mútuo (Ostrom, 1990). Essa internalização da fiscalização pelos próprios membros, motivada pela confiança e pelo alto custo social de fraude, minimiza o CM e protege o valor agregado da IG, em última análise, a ESS atua como uma mesoinstituição que transforma regras técnicas formais da IG em normas de conduta socialmente aplicadas aos membros da cooperativa ou associação.

A principal contribuição deste estudo é, portanto, a estruturação do modelo conceitual de Teoria de Custos de Transação (TCT), Teoria de Custos de Mensuração (TCM) e Economia Social e Solidária (ESS) que oferece uma nova perspectiva analítica, pois, articula, estas teorias (TCT e TCM) da eficiência econômica com a (ESS) eficiência social, demonstrando que a governança relacional pode ser o fator de maior redução de custos, em termos práticos, o resultado implica que o sucesso do investimento em IGs depende diretamente do fortalecimento institucional e social das cooperativas e associações organizadas sob a ótica da Economia Social e Solidária (ESS), oferecendo uma base rigorosa para justificar a competitividade de pequenos produtores em nichos de alto valor agregado e escala que aumentar o seu poder de barganha e estão alinhados com os objetivos econômicos e sociais para a construção de uma governança alicerçada nos pilares sociais, econômicos e ambientais para o desenvolvimento sustentável de populações tradicionais na cadeia do Mel com IG de Mel do Pantanal.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o percurso teórico apresentado, podemos indicar que a Economia Solidária na cadeia do mel do Pantanal não é apenas um arranjo social, mas uma solução organizacional racionalmente eficiente sob a ótica da nova economia Institucional (NEI). A ESS, operando como uma governança híbrida/plural (Williamson, 1985; Ménard, 2018), nos parece ser a estrutura mais bem-sucedida para alocar as transações de mel IG, pois lida com a Especificidade de Ativos (evitando *hold-up*) e com os Custos de Mensuração (protegendo o valor da IG) de forma integrada (Barzel, 1982). Por isso, suas contribuições e implicações teóricas validam a ESS como um arranjo de TCE/Forma Plural que gerencia os riscos da Especificidade de Ativos e os desafios da MCT em cadeias de valor sustentáveis, fornecendo uma base rigorosa para a análise de arranjos não-mercantis.

Suas implicações práticas para o sucesso da IG para pequenos produtores são intrinsecamente contingentes à existência de uma estrutura de governança híbrida (ESS), que utiliza mecanismos relacionais e a ação coletiva para internalizar a fiscalização e a confiança (Coase, 1937). Tais *insights* valiosos sugerem que políticas de desenvolvimento devem priorizar o fortalecimento institucional dessas organizações cooperativas ou associativas para garantir a sustentabilidade e a competitividade do produto no mercado.

No entanto, há limites neste estudo que nos impossibilita, nesse momento, expandir para uma aplicação empírica dos conceitos da Nova Economia Institucional (NEI) no bioma Pantanal e em sua cadeia de mel. No entanto, o contato exploratório o campo indica que a maioria dos produtores de mel no Pantanal é composta por pequenos agentes que não possuem escala produtiva e que, frequentemente, preferem se manter na informalidade.

Neste contexto, a tentativa de implementação do selo de certificação evidenciou a inconsistência da governança do grupo, particularmente no que tange à formalização de contratos e à gestão dos laços sociais, esse achado preliminar sugere a urgência de investigações empíricas. Portanto, a principal recomendação para a agenda de pesquisa futura é a aplicação do Modelo Integrado das Teorias de Custos de Transação (TCT); Teoria de Custos de Mensuração (TCM) e a Economia Social e Solidária (ESS), para avaliar, em campo, o grau de formalização contratual e a intensidade do Capital Social exigidos para que a ESS atue como uma salvaguarda eficiente contra a ineficiência transacional e a dissipação de valor do selo IG do Mel do Pantanal.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G. C.; MARIANI, M. A. P.; ZANETONI, J. P. F.; DUPAS, E. Mel do Pantanal e economia social e solidária: possibilidades a partir da análise de três realidades em Corumbá, MS. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 24, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3805/2827>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- BARZEL, Yoram. Measurement Cost and the Organization of Markets. **The Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 25, n. 1, p. 27-48, abr. 1982.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº 5.482, de 2020**. Dispõe sobre a conservação, a proteção, a restauração e a exploração sustentável do bioma Pantanal e altera o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/q0Wph>. Acesso em: 24 out. 2024.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cadastro nacional de empreendimentos econômicos solidários - CADSOL**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria/cadastro-nacional-de-empresendimentos-economicos-solidarios-cadsol>. Acesso em: 12 de jan. de 2026.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem et al. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- COASE, Ronald Harry. The Nature of the Firm. **Economica**, London, New Series, v. 4, n. 16, p. 386-405, nov. 1937.
- EMBRAPA. **Mel do Pantanal é o primeiro do Brasil a receber selo de Indicação de Origem**. 2015. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/7693620/mel-do-pantanal-e-o-primeiro-do-brasil-a-receber-selo-de-indicacao-de-origem>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- Fundação Cidade de Lisboa. **Dicionário do Desenvolvimento – Tod@s contam para a cidadania global**. Disponível em:
- MÉNARD, Claude. The Economics of Hybrid Organizations. In: MÉNARD, Claude; SHIRLEY, Mary M. (ed.). **Handbook of Institutional Economics and Organizations**. 2. ed. London: Routledge, 2018. p. 1-15.
- NORTH, Douglass Cecil. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OSTROM, Elinor. **Governing the commons: The Evolution of Institutions for Collective Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SANTIAGO, M. C. et al. Economia solidária, apicultura e capitalismo no semiárido mineiro. In: ENCONTRO INTERNACIONAL E NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 10., 2024. **Anais**. Vitória: UFES, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/45855/31554>. Acesso em: 29 jun. 2025.



SEBRAE. Indicações geográficas brasileiras. Disponível em:  
<https://datasebrae.com.br/indicacoesgeograficas/>. Acesso em 14 de fev. de 2026.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. **The economic institutions of capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**. New York: Free Press, 1985.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração (USP)**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 23-32, jul./set. 1994.